



Capa: Samuel Ribeiro Jr

Editorial .....	3
Intervenção e Autonomia .....	4
Eleições 2002 .....	6
Fórum Social Mundial .....	9
ONGs e Poder Público .....	12
Mobilização .....	15
Direitos Humanos .....	17
Atividades dos Fóruns Regionais .....	19
Desenvolvimento Institucional .....	31
Jurídico .....	33
Comunicação e Informação .....	35
Conselho Diretor .....	37
Associadas ABONG .....	38

**ABONG**

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG foi fundada em 1991 com o objetivo de representar e promover o intercâmbio entre ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. Nesse sentido, a ABONG busca ser veículo de expressão, nos âmbitos nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs diante do desafio do desenvolvimento da sociedade brasileira.

*Comunicação*  
Denise Gomide  
Neusa Dias

*Jurídico e Desenvolvimento Institucional*  
Alexandre Ciconello  
Marcela Oliveira Scotti de Moraes

**ABONG**  
Rua General Jardim, 660 – 7º andar  
Vila Buarque  
São Paulo – SP – CEP: 01223-010  
Tel./Fax: (11) 3237-2122  
E-mail: abong@uol.com.br  
Site: www.abong.org.br

**NORDESTE II: BA, SE**  
Carlos Eduardo O. de Souza Leite (Sasop)  
Rua Conquista, 132  
41940-610 Salvador - BA  
Tel./Fax: (71) 335-6049  
E-mail: abongne2@uol.com.br

**NORDESTE III: PI, CE, RN**  
Daniel Raviolo (Comunicação e Cultura)  
Rua Castro e Silva, 121 sl. 108/110  
60030-010 Fortaleza - CE  
Tel./Fax: (85) 231-6092  
E-mail: comcultura@comcultura.org.br

**SÃO PAULO**  
Rua General Jardim, 660 - 7º  
01223-010 São Paulo - SP  
Tel./Fax: (11) 3237-2122  
E-mail: abong@uol.com.br

**SUDESTE: RJ, ES, MG**  
Ricardo de Gouvêa Corrêa (Fundação Bento Rubião)  
Av. Beira Mar, 216 sl. 401  
20021-060 Rio de Janeiro - RJ  
Tel. (21) 2262-3003  
E-mail: cddhbr@bentorubiao.org.br

**SUL: RS, SC, PR**  
João Carlos Sampaio Torrens (Deser)  
Rua Ubaldino do Amaral, 374  
80060-190 Curitiba - PR  
Tel. (41) 262-1842  
E-mail: joao@deser.org.br

**Diretoria Executiva (2001-2003)**

*Presidente*  
Sérgio Haddad (Ação Educativa)

*Secretário-Geral*  
Jorge Eduardo S. Durão (Fase)

*Tesoureira*  
Marina da Silva Kahn (ISA)

Charles R. Pranke (Amencar)  
Eduardo Homem (CCLF)  
Marluze Pastor Santos (Fórum Carajás)  
Normando Batista (Cecup)  
Silvio Caccia Bava (Pólis)

**Equipe ABONG**

*Assistente de Diretoria*  
Marcos José Pereira da Silva

*Administrativo*  
Denise Cardoso Pereira  
Tereza Heloína  
Kelly Cristina Vieira dos Santos  
Cirto Lino dos Santos

**Regionais da ABONG**

**AMAZÔNIA: RO, AC, AM, RR, PA, AP, TO, MA.**  
Aldalice Moura da Cruz Otterloo (Unipop)  
Av. Senador Lemos, 557  
66050-000 Belém - PA  
Tel./Fax: (91) 224-9074  
E-mail: unipop@amazon.com.br

**CENTRO-OESTE: MT, MS, GO, DF.**  
Nelson Luis B. Barros (CDHHT)  
Rua Cáceres, 31  
78048-640 Cuiabá - MT  
Tel./Fax: (65) 621-4907  
E-mail: cdhht@terra.com.br

**NORDESTE I: PB, PE, AL**  
Álvaro Pantoja/Mônica Oliveira (Cenap)  
Rua Guimarães Peixoto, 309  
52051-200 Recife - PE  
Tel./Fax: (81) 3442-9769  
E-mail: cenap@cenap.org.br

**Participaram desta publicação**  
Mariângela Graciano – edição  
Paulo Batista – concepção gráfica e diagramação  
Samuel Ribeiro Jr – capa

**Em 2002, o trabalho da ABONG teve o apoio das seguintes organizações:**

Evangelischer Entwicklungsdienst – EED, Fundação Ford, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento – ICCO, Oxfam, W. K. Kellogg Foundation e NOVIB.

# Identidade e autonomia das ONGs

**P**ela primeira vez desde a fundação da ABONG, em 1991, as ONGs enfrentam uma conjuntura política nacional totalmente ímpar, com a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, à presidência da República.

Historicamente, a maioria das ONGs que integra a ABONG sempre trabalhou muito próxima aos ideais do grupo que, a partir do próximo ano, será responsável pela implementação de políticas públicas e condução da política econômica do País. De alguma maneira, é como se “nós” tivéssemos chegado ao poder com este grupo; afinal, lutamos juntos pelo fim da ditadura militar, choramos juntos pelas mortes e torturas por ela praticadas, gritamos em defesa dos direitos humanos.

Restituída a democracia política, denunciemos a violência da exclusão social produzida pela absurda concentração de renda, reivindicamos no período Constituinte direitos humanos econômicos, sociais, culturais, ambientais e de participação na gestão pública.

Juntos, buscamos mecanismos para tentar barrar a corrupção nefasta que se instalou na administração pública, o clientelismo, a troca de favores... enfim, a privatização do público. No plano internacional, nos unimos a outros grupos para denunciar as aberrações sociais, econômicas, culturais e ambientais, produzidas nos países pobres pelas políticas neoliberais e por este modelo de globalização econômica, imposta pelos países ricos. Temos estado juntos desde longa data e em muitas jornadas não por razões de filiação político-partidária, mas sim por comunhão de princípios e objetivos.

Ainda sob o entusiasmo e a esperança vitoriosa de outubro, é hora de enfrentar o desafio de colaborar, mais que nunca, com a construção de um Brasil socialmente justo e ambientalmente sustentável. Dialogando com nossas associadas e redes parceiras de ONGs e movimento sociais, a resposta a este desafio tornou-se clara:

devemos oferecer a este momento histórico o melhor de nós, organizações da sociedade civil; e esta parcela reside justamente no fato de sermos instituições comprometidas com o interesse coletivo, portadoras de especialidades técnicas e experiência em diversas áreas, respeitadas pela opinião pública e, acima de tudo, autônomas diante do Estado.

Sabemos que muitos de nossos técnicos e militantes serão chamados a contribuir organicamente com o Governo. A este grupo, nosso respeito e apoio ao novo trabalho. No entanto, a autonomia das ONGs é crucial para que elas continuem a exercer seu papel de parceria na elaboração e gestão de políticas públicas e, ao mesmo tempo, de monitoramento e crítica às ações públicas.

Não defendemos um modelo de relação baseado no antagonismo entre sociedade civil e Estado. Mas também sabemos que não pode haver Estado forte, sadio e soberano sem sociedade civil organizada e autônoma que exerça o controle social.

Será um rico momento de aprendizado que, certamente, contribuirá com o fortalecimento institucional das ONGs. Nesta publicação, procuramos mostrar o trabalho da ABONG realizado em 2002, um ano tão particular quanto intenso em desafios e conquistas. Falar sobre o trabalho da ABONG não significa apenas relatar as atividades institucionais organizadas pelos oito Fóruns Regionais e pelo escritório nacional. Muito mais que isso, significa recuperar as mobilizações, intervenções, denúncias e articulações promovidas coletivamente por associadas e instituições parceiras com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e plural.

Observando as lutas e conquistas da sociedade civil articulada à ABONG ao longo de 2002, se solidifica a certeza e compreensão da enorme responsabilidade que nos cabe neste novo momento histórico.



Sérgio Haddad – Presidente da ABONG

# Redes de ONGs e Movimentos Sociais definem atuar coletivamente

Foto: arquivo



**A**s Redes Nacionais de ONGs e movimentos sociais decidiram, em 2002, intervir conjuntamente na esfera pública com o objetivo de fortalecer e qualificar a participação das organizações da sociedade civil na proposição, elaboração e implementação de políticas públicas.

Desde 2001 as instituições vinham discutindo o formato de sua intervenção coletiva. O primeiro encontro aconteceu em julho, por iniciativa da ABONG que, atendendo à solicitação do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), organizou reunião com representantes de aproximadamente 20 Redes Temáticas de abrangência nacional. Na ocasião, Lula manifestara interesse em conhecer as demandas e propostas das ONGs.

**A nova conjuntura colocada para a sociedade com a eleição de Lula foi debatida pelas redes de ONGs e movimentos sociais em São Paulo**

O impacto negativo das políticas econômicas impostas pelas instituições financeiras multilaterais - especialmente o FMI - sobre as mulheres; a necessidade de investimentos em ações de capacitação para o armazenamento de água no Nordeste; a difícil relação estabelecida entre governos - mesmo os petistas - e as ONGs, que são chamadas apenas para dar “aval” a políticas depois de implementadas; e o desrespeito às ins-

tâncias de participação da sociedade civil, foram alguns dos temas colocados pelas Redes de ONGs durante encontro com o candidato do PT. Destacaram que estes são alguns dos desafios que o futuro governo deverá enfrentar para, efetivamente, construir um novo modelo de sociedade, baseado no desenvolvimento sustentável e combate às desigualdades.

Após reunião com Lula, as Redes Nacionais decidiram elaborar propostas de mecanismos de diálogo entre sociedade civil e Estado para apresentar a todos os candidatos à Presidência da República.

### Intervenção pública

Em agosto, nova reunião de trabalho consolidou a idéia, por meio de um documento em que as Redes salientaram a importância de fortalecer os espaços

institucionais de participação da sociedade civil - como os conselhos paritários de gestão -, reafirmaram a responsabilidade do Estado em relação à implementação de políticas públicas, repudiaram a terceirização da área social que vem ocorrendo com a transferência das obrigações do Estado para as organizações da sociedade civil e, finalmente, confirmaram sua autonomia em relação aos governos.

O documento foi enviado a todos os candidatos à presidência da República e as Redes decidiram manter-se em contato a fim de traçar outros planos e estratégias para sua atuação conjunta na esfera pública.

Antonio Palocci, coordenador do Plano de Governo da campanha de Lula, recebeu o documento pessoalmente, pois, também por solicitação do candidato, acompanhou parte dos trabalhos do encontro entre as Redes para conhecer suas propostas.

## ONGs afirmam autonomia em relação aos Governos

Com o fim do processo eleitoral, ainda no final de outubro, a ABONG organizou encontro para debater e refletir com representantes de ONGs, Redes de organizações da sociedade civil e Fóruns de movimentos sociais a nova conjuntura desenhada com a vitória de Lula. A atividade contou com a participação do sociólogo Francisco de Oliveira, o educador e ex-reitor da PUC-SP, Luiz Eduardo Wanderley e Aldaíza Sposati, professora da PUC-SP, vereadora (PT-SP) e atual secretária de Assistência Social da prefeitura de São Paulo.

O resultado do encontro pode ser sintetizado nas palavras de Sérgio Haddad, presidente da ABONG: “Nosso grande desafio para os próximos anos é o de ajudar a mudar este País. Há uma oportunidade de viabilizar direi-

tos e de construir um novo projeto de desenvolvimento. Nosso papel continua sendo junto à sociedade civil, ajudando a construir força social que possa impelir estas mudanças. Somos, ainda, forças mediadoras de propostas a serem universalizadas pelas políticas públicas. No governo Lula vamos preservar nossa autonomia, monitorando as ações públicas e apoiando-as criticamente.”

Para organizar sua atuação coletivamente, as Redes decidiram reunir-se periodicamente para traçar estratégias de ação que contemplem o monitoramento e a intervenção na implementação das políticas públicas federais, constituindo um espaço de articulação denominado Inter-Redes – direitos e política.

## Durante a campanha, Lula firmou compromissos com as ONGs



Foto: Douglas Mansur

Lula recebeu documento com o histórico e perfil de atuação de todas as Redes que participaram do encontro, realizado na sede da ABONG

**E**m agosto de 2002, o candidato à presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e seu vice, senador José Alencar (PL), reuniram-se, na sede da ABONG, em São Paulo, com representantes de Redes Nacionais de ONGs e movimentos sociais. O encontro foi solicitado à ABONG pela coordenação da campanha de Lula e dele participaram representantes da Articulação de Mulheres Brasileiras, Articulação de ONGs de Mulheres Negras, Articulação do Semi-Árido - ASA, Fórum Nacional da Assistência Social, Fórum Nacional de Mulheres Negras, Fórum Nacional de Participação Popular, Fórum Nacional de Reforma Urbana, Fórum ONGs/AIDS, Marcha Mundial de Mulheres, Plataforma Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais - Brasil, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Rede GAPA, e Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Outras Redes contatadas não puderam comparecer.

A reunião foi aberta com a apresentação de um histórico das ONGs, explicitando sua missão de identificar e analisar as causas dos problemas sociais, apontar so-

luções construindo modelos de intervenção e ajudar a envolver a população na luta cidadã.

### Terceirização

Foram apontados os principais desafios enfrentados nos últimos anos, com destaque para o discurso de valorização das ONGs, que tem sido utilizado pelos governos para justificar a redução do papel do Estado em relação às políticas sociais. Nessa lógica, as ONGs têm sido instrumentalizadas como meras executoras de projetos, numa “espécie de terceirização”.

Também foi relatado o diálogo travado junto ao governo federal quando da elaboração da Lei que instituiu a figura jurídica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Na ocasião, para evitar mais uma forma de clientelismo, a ABONG atuou para garantir transparência e controle social sobre os Termos de Parceria, uma das formas de acesso das ONGs aos fundos públicos.



## Parceria

“Nem o governo pode instrumentalizar as ONGs, nem as ONGs podem substituir o governo. É preciso estabelecer um acordo, de forma que cada um faça seu papel, e isto implica também que o dinheiro público seja destinado às entidades para que as mesmas possam melhorar seu trabalho, sem que com isso o governo se considere no direito de interferir nas instituições”, afirmou Lula, durante o encontro.

O então candidato do PT disse que o Governo deveria procurar conhecer o trabalho que as ONGs realizam e também aqueles que poderiam efetuar se tivessem apoio. Falando sobre seu futuro governo, disse que quer das ONGs “uma parceria para realizar as mudanças necessárias no País”.

Lula destacou que a participação da sociedade civil é fundamental no processo de transformação da máqui-

na administrativa governamental. “Se não conseguirmos mudar a máquina no primeiro ano de governo, a máquina muda a gente, e sem a sociedade civil não é possível vencer este desafio”.

## Compromissos

Entre os compromissos assumidos por Lula estavam a implementação do programa Orçamento Participativo em âmbito nacional, como forma de estimular a participação popular nos rumos do Governo e facilitar o controle social sobre os gastos públicos. O candidato também afirmou que a superação das desigualdades sociais depende de investimentos substanciais em educação, cultura e na produção, como forma de gerar empregos, além de implementação de política de comércio exterior não subordinada aos interesses dos países ricos.

## Governo será “instrumento da sociedade civil”, afirmou o candidato do PT

“Assumimos o compromisso de que as ONGs não serão utilizadas como correia de transmissão em nosso governo. Queremos a participação de vocês na elaboração, implementação e gestão das políticas públicas”. A afirmação foi feita por Lula durante o encontro com representantes de ONGs que aconteceu, também na sede da ABONG, após a reunião com as Redes Nacionais, em julho.

“Vamos construir um novo contrato social no Brasil. Pela primeira vez o governo vai agir como instrumento da sociedade, discutindo com os setores organizados toda e qualquer ação”, afirmou o candidato do PT.



Foto: Douglas Mansur

Representantes das Redes de ONGs e movimentos sociais debateram com Lula a relação entre sociedade civil e governos

## Pacto social deve ampliar debate, mas não excluir conflitos

Após o encontro na sede da ABONG, os dirigentes da instituição foram convidados a participar das reuniões organizadas entre Lula e representantes de diversos setores da sociedade civil, como empresários, sindicalistas, movimentos sociais e fundações empresariais. Essas reuniões tinham por objetivo estabelecer as bases de atuação do novo governo.

Foram realizados dois encontros durante a campanha eleitoral e um após a vitória de Lula. Em todos eles, os representantes da ABONG reafirmaram a necessidade de o setor econômico servir ao social, e não mais o inverso, como aconteceu durante os últimos anos, quando as áreas sociais foram penalizadas a fim de o governo federal atender compromissos com as instituições financeiras internacionais ou privilegiar grupos econômicos.

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, assim como o respeito à autonomia dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que não podem ter suas demandas substituídas ou intermediadas pela ação de nenhum órgão ou conselho, por mais plural que sejam, também foram temas abordados pela ABONG nesses encontros. Para a Associação, o Pacto Social pretendido pelo novo governo deve ampliar as oportunidades e perspectivas de debates e organizar agenda de prioridades para o governo, mas não pode nem deve tentar substituir/excluir os conflitos sociais, ou as instituições de interlocução já constituídas, como os conselhos de paritários de gestão, e tampouco o Congresso Nacional.

## ONGs se organizaram para fiscalizar campanha eleitoral

As organizações da sociedade civil uniram-se mais uma vez para fiscalizar o processo eleitoral. Por iniciativa da Comissão Brasileira Justiça e Paz, e com o apoio de diversas instituições, foi lançado em julho o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - Lei 9840, dando continuidade ao trabalho iniciado com a coleta de um milhão de assinaturas na Iniciativa Popular de Lei contra a Corrupção Eleitoral, que resultou na Lei 9840, de 29 de setembro de 1999.

Com o lema “Voto não tem preço, tem consequência”, o Movimento estimulou a formação de Comitês Locais 9840 para fiscalizar o comportamento dos candidatos e combater a corrupção eleitoral, assegurando-lhes retaguarda jurídica e política. Com o mesmo objetivo, foi lançada a cartilha “A Lei 9840 passo a passo - de novo na luta contra a corrupção eleitoral”.

ABONG, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Federação Nacional dos Jor-

nalistas – Fenaj e Ordem dos Advogados do Brasil – OAB formaram a Coordenação Nacional do Movimento.



### Olho no voto

A ABONG e outras organizações da sociedade civil realizaram, durante o período da campanha eleitoral, a Campanha da Cidadania para as eleições – Olho no seu Voto, que procurou sensibilizar a população para a necessidade de estabelecer critérios na escolha dos candidatos.

O mote da campanha foi “Vote em candidato que defende a reforma urbana”, que incentivava a análise das propostas de governo em relação à moradia, saneamento ambiental, transporte, educação, trabalho, segurança e participação popular.

# Mais de 50 mil pessoas participaram do Fórum Social Mundial 2002

Fotos: Alderon Costa / Rede Rua de Comunicação



Os 12.274 delegados(as) de 123 países; e as 4.909 organizações de 87 países garantiram a pluralidade nos debates de Porto Alegre

A segunda edição do Fórum Social Mundial, realizada entre os dias 31 de janeiro e 5 de fevereiro de 2002, em Porto Alegre (RS), reuniu 50.000 pessoas. Participaram 12.274 delegados (as) de 123 países; 4.909 organizações de 87 países; e 3.356 jornalistas de 1.066 veículos de comunicação de todo o mundo. Estes números revelam que o evento mais que triplicou o número de participantes em relação à primeira edição, que contou com 15 mil representantes de 500 organizações da sociedade civil de 112 países.

A programação também foi ampliada. Foram 27 conferências, 96 seminários e 622 oficinas, organizados nos eixos temáticos “A produção de riquezas e a reprodução social”, “O acesso às riquezas e a sustentabilidade”, “A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos”, e “Poder político e ética na nova sociedade”.

Entre as inúmeras atividades realizadas simultaneamente em Porto Alegre, destacaram-se o Fórum de Autoridades Locais, o Fórum Parlamentar Mundial, Fórum Mundial de Juízes, Encontro Preparatório Rio + 10, Acampamento Intercontinental da Juventude e o Forunzinho Social Mundial.

O Fórum Social Mundial de 2002 foi antecedido pelo Fórum Social de Gênova (Itália), Fórum Social Africano (Bamako, Mali) e Fórum Mundial de Educação, Porto Alegre, em outubro de 2001.



## Documentários, oficinas, debates e mobilização marcaram presença da ABONG em Porto Alegre 2002

Foto: arquivo



Visitado por milhares de pessoas, o estande da ABONG foi ponto de encontro e disseminação de informações sobre as atividades das associadas

Durante o Fórum Social Mundial 2002, além de atuar como membro do Comitê Organizador, ao lado de ATTAC, Comissão Brasileira Justiça e Paz, Cives, CUT, Ibase, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, a ABONG animou conferências, promoveu seminários, expôs o trabalho das associadas em um estande coletivo e apoiou a organização administrativa do Fórum, entre outras atividades.

### Seminários

“A ilusão do desenvolvimento e as alternativas de mudança social para os países do Sul” foi o título do primeiro seminário organizado pela ABONG, promovido em parceria com a Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción – Alop e o Conselho de Educação de Adultos da América Latina e Caribe – Ceal, que debateu os bloqueios e obstáculos impostos pelo mercado ao desenvolvimento dos Estados e o papel das ONGs na luta pelo direito ao desenvolvimento. O evento contou com a exposição de José María Gómez – PUC-RJ, Daniel García – Flacso-Argentina, Xabier Gorostiaga – Ausjal-Guatemala, Humberto Campadónico – Alop/Cepal-Peru, José Bengoa – Universidad del Humanismo Cristiano-Chile, Ray Offenheiser, da Oxfam-America – Estados Unidos, e Eduardo Ballón – Alop-Peru.

Debater o impacto dos atentados ocorridos em 11 de setembro de 2001 sobre as relações internacionais e sobre os sistemas internacionais de justiça e proteção aos direitos humanos, bem como analisar as respostas da comunidade internacional diante de tais fatos foi o objetivo do segundo seminário, intitulado “O impacto do 11 de setembro sobre os direitos humanos”. Entre os expositores estavam Pedro Cunha Bocayuva Cunha – Fase, Brasil, Gert Leipold – Greenpeace Internacional, Holanda, Fifi Benaboud – Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, Portugal, José María Gómez – PUC-RJ, Tarciso Dal Maso Jardim – Coalizão para um Tribunal Penal Internacional e Viviana Krsticevic – Cejil.

### Conferências

A ABONG participou como animadora de duas conferências “Cultura da violência, cultura doméstica” e “Conferência Especial de Educação”, organizadas no eixo III “A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos”.

### Regionais em ação

Seguindo deliberação do Conselho Diretor, durante 2001 os Fóruns Regionais prepararam ativamente sua participação no FSM. No Sul, o regional integrou o Comitê Gaúcho desde os preparativos para o FSM2001. No Norte, o Fórum Amazônia se envolveu na organização e nas atividades do Fórum Social Pan-Amazônico. O Nordeste-2 (Bahia e Sergipe) participou da criação do Comitê de Mobilização da Bahia e preparou, em julho, o “1º Seminário Baiano sobre a Dívida Interna: Implicações e Perspectivas”. No final de novembro, a ABONG Nordeste-3 (Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte) organizou o Fórum Social do Ceará. Finalmente, no Nordeste-1 (Alagoas, Paraíba e Pernambuco), a população pôde acompanhar diariamente uma das conferências do FSM2002 pela TV Universitária de Recife, que retransmitiu imagens geradas pela TVE-RS.

Foto: Alderon Costa / Rede Rua de Comunicação



As alternativas de desenvolvimento para os países do Sul e o impacto do "11 de setembro" sobre o respeito aos direitos humanos internacionais foram temas de debates promovidos pela ABONG

## Impunidade nunca mais

As associadas à ABONG, juntamente com a Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB, organizaram e fizeram circular abaixo-assinado contra a impunidade no Brasil, intitulado "No Brasil o crime compensa – Impunidade nunca mais". O documento propôs a constituição de uma Comissão Nacional para investigar tanto os atos de corrupção e autores de crimes contra o patrimônio público quanto os crimes de corrupção

na polícia, no sistema prisional e na Justiça. O texto também propunha que o trabalho desse grupo fosse apoiado por entidades internacionais.

## Associadas

Representantes de mais de 50 associadas à ABONG participaram como delegados(as) no FSM 2002, envol-

vendo-se diretamente na organização de 13 dos quase 100 seminários realizados, e em mais de 30 oficinas.

## ONGs no FSM

Em parceria com as associadas Cecip (RJ), TV Viva (PE) e CAMP (RS), a ABONG produziu o documentário "Um outro mundo já é possível: A participação das ONGs no Fórum Social Mundial 2002", que discute a participação das ONGs na construção de um modelo alternativo de sociedade, baseado na justiça social, respeito à diversidade e diferença entre as pessoas e preservação ambiental. O trabalho apresenta depoimentos de dirigentes de redes de ONGs de diversos países e regiões, e foi distribuído a todas as associadas da ABONG.



## Concurso de vídeo

Numa iniciativa pioneira, a ABONG organizou o 1º Concurso de Vídeo sobre o Fórum Social Mundial. O vencedor foi o boliviano Pablo Sólón. Foram feitas 124 pré-inscrições e, dessas, 14 enviaram sua produção para avaliação do júri, formado por cineastas e profissionais da área cultural.



## Em 2003, Fórum terá mais espaços de debates

O Fórum Social Mundial 2003 foi lançado em setembro de 2002, simultaneamente em São Paulo e Porto Alegre. O evento acontecerá entre os dias 23 e 28 de janeiro e, além das conferências, seminários, oficinas e testemunhos, serão organizadas "Mesas de Diálogo e Controvérsia", que reunirão representantes de governos, órgãos da ONU e partidos políticos.

"Desenvolvimento Democrático e Sustentável"; "Princípios e Valores"; "Direitos Humanos e Diversidade"; "Mídia, Cultura e Contra-hegemonia"; "Poder Político, Sociedade Civil e

Democracia"; e "Ordem Democrática" são os eixos temáticos que nortearão as atividades de 2003. Decididos por movimentos e organizações sociais de vários países, os eixos têm por objetivo contemplar os temas prioritários mundiais.

## Mundialização

A mundialização do Fórum Social Mundial aconteceu por meio dos Fóruns Sociais Regionais e Temáticos. Em agosto aconteceu o Fórum Social Temático Argentino; o Fórum

Social Europeu foi realizado na Itália, em novembro, quando também aconteceu o Fórum Social Mediterrâneo, na Espanha. Encerrando o ano, em dezembro aconteceu o Fórum Social da Palestina, em Ramallah.

Em janeiro de 2003, antecedendo o FSM em Porto Alegre, acontecerão a segunda edição do Fórum Mundial de Educação, o Fórum Social Asiático na Índia; o Fórum Social Pan-Amazônico, na região Norte do Brasil, e o II Fórum Social Africano.

Representantes da ABONG acompanharam todos estes eventos.

# ABONG contribui para reconhecimento da legitimidade da atuação das ONGs

## CPI das ONGs

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada em março de 2001 para investigar a atuação das ONGs no Brasil encerrou seus trabalhos no dia 3 de dezembro, com o depoimento de Sérgio Haddad, presidente da ABONG. Após quase dois anos de atividade, os trabalhos apontaram irregularidades em alguns casos, que não se configuraram como problema geral.

Não houve qualquer denúncia contra nenhuma associadas à ABONG.

Em seu depoimento, Sérgio Haddad relatou a natureza do trabalho desenvolvido pelas associadas, voltado ao fortalecimento da democracia, justiça social, combate a todas as formas de discriminação e construção de alternativas para o desenvolvimento sustentável. O presidente da ABONG também explicou aos parlamentares que as ONGs estão sujeitas a mecanismos de controle fiscal como qualquer outra instituição, por meio da declaração de imposto de renda. Nesse sentido, todas as fontes de recursos, e sua utilização, são de domínio público, portanto, passíveis de controle social.

Após os esclarecimentos, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), autor de um projeto de lei que pretendia impor mecanismos de controle sobre a atuação das ONGs, questionou a necessidade ou não de elaboração de um novo marco regulatório, e solicitou apoio da ABONG sobre a temática.



O depoimento da ABONG foi crucial para esclarecer os parlamentares sobre a natureza do trabalho das ONGs, e os mecanismos de controle social a que estão sujeitas

## Produção de conhecimento

A ABONG participou das negociações junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia com o objetivo de assegurar que as organizações da sociedade civil sejam reconhecidas oficialmente como produtoras de conhecimento técnico-científico.

Em agosto, a ABONG, entre outras organizações da sociedade civil participaram, em Brasília, de reunião com o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg. Na ocasião foi sugerida ao ministro a criação de um grupo de trabalho com representantes do Ministério e da sociedade civil, a fim de produzir uma proposta que estabeleça formas de participação das organizações da sociedade civil na formulação de políticas e diretrizes de ação em Ciência e Tecnologia, tanto no processo de produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, como na identificação de demandas da sociedade. A proposta foi aceita e a ABONG integra este grupo.

# ONGs ampliam espaços para intervenção pública

## Assistência Social

A Amencar (RS) e o Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua – MNMMR foram as associadas à ABONG eleitas para representar a sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). As eleições aconteceram em abril e, na ocasião, a ABONG divulgou documento denunciando a sobreposição do caráter cartorial do órgão à sua função de deliberar e controlar as políticas de assistência social. A intervenção do poder público nas eleições para a representação da sociedade civil e sua consequência para o trabalho do órgão também foi criticada no texto, que ressaltou a urgência do fortalecimento do Conselho por meio da articulação entre as instituições que “reconhecem a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado; acreditam e lutam pelos espaços de construção democrática das políticas públicas, respeitando a diversidade e a pluralidade; atuam e defendem o CNAS como espaço democrático de debate e decisão da política de assistência social e tenham como compromissos a transparência e a honestidade com os parceiros”.

## Conanda

Durante o ano, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda realizou encontros regionais em diversos Estados para discutir proposta de lei que regulamente a execução das medidas socioeducativas elaboradas pela Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Justiça da Infância e da Juventude - ABMP. Também foram debatidos parâmetros para o trabalho com adolescentes autores de atos infracionais.

Também em 2002, pelo terceiro ano consecutivo, a

sociedade civil presidiu o Conanda. Em fevereiro, Cláudio Vieira da Silva, da Fundação Fé e Alegria, associada à ABONG, foi eleito presidente após consenso entre os representantes do governo e das instituições da sociedade civil.

Na eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho para o biênio 2003/2004, realizada em novembro, a ABONG foi reeleita, tendo agora como seu representante Fernando Silva (Centro de Cultura Luiz Freire/PE). Entre as associadas, foi reeleita a Fundação Fé e Alegria; e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, que era suplente, exercerá o mandato como titular.

O Conanda é formado por dez representantes da sociedade civil e o mesmo número de governamentais.

## Plataforma Política Feminista

Cerca de 2 mil mulheres, dos 27 estados brasileiros, participaram em Brasília, durante os dias 6 e 7 de junho, da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. O encontro foi precedido de conferências estaduais e resultou na elaboração da Plataforma Política Feminista. O documento destaca vários desafios para a democracia como, por exemplo, a implementação de políticas de ação afirmativa e a exigência de que o conteúdo das negociações a serem feitas pelos governos com os organismos multilaterais seja submetido ao controle da sociedade e do Legislativo. A Plataforma apontou desafios para os governos, candidatos que participavam do processo eleitoral, políticos e para a sociedade sobre questões nacionais e internacionais e também abordou temas exclusivos de gênero, como liberdade sexual e reprodutiva e a representação das mulheres em cargos públicos.





Ao longo do ano, a luta pela igualdade de gênero assumiu diversas formas. Da campanha eleitoral à crítica à atuação das IFM's, as mulheres marcaram presença no cenário brasileiro

Após a Conferência, tomou posse a nova secretaria-executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras, que ficará sob a responsabilidade da SOS Corpo (PE), representada por Silvia Camurça, como secretária-executiva e Carla Batista, secretária-executiva adjunta.

Em apoio à organização da Conferência, a ABONG divulgou documento no qual ressaltou as conquistas e entraves para o movimento pela emancipação das mulheres. “Permanecem as desigualdades de classe, étnicas e de gênero, intensificadas pelo projeto neoliberal que vem sendo implementado no País ao longo da última década e que atinge de maneira particular as mulheres”, diz o texto que ressaltou ainda o desafio para a sociedade em geral, e as ONGs em particular, de incorporarem a perspectiva de gênero em sua organização.

### Marcha Mundial das Mulheres

Em 2002, a Marcha Mundial das Mulheres continuou em sua luta contra a pobreza e a violência sexista.



Fotos: Alderon Costa / Rede Rua de Comunicação

No dia 17 de outubro, consagrado como Dia Internacional de Combate à Pobreza e à Violência Sexual, foram realizadas atividades em diversos Estados brasileiros, a exemplo do ocorrido em outros países.

No Brasil, entre outros temas, a Marcha discute uma campanha pelo aumento do salário mínimo. Especificamente para as mulheres rurais, a Marcha das Margaridas priorizou o debate sobre a violência doméstica, alertando para o fato de as “Delegacias do Direito da Mulher”, implementadas nos centros urbanos serem ineficientes para o campo. Nesse sentido, é urgente a elaboração e implementação de programas de combate à violência contra a mulher para o meio rural.

Internacionalmente, a luta contra a Alca tem sido um dos temas prioritários para a Marcha.

# No mundo, no País ou na cidade, a sociedade civil uniu forças para preservar e expandir direitos

## ALCA

“O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca?”; “O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca?”; “O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território - a base de Alcântara – para controle militar?”

Estas foram as perguntas respondidas por mais de 10 milhões de brasileiros(as) no plebiscito realizado entre os dias 1º e 7 de setembro, com urnas espalhadas em todo o País, inclusive na sede da ABONG. Organizado pela Campanha Jubileu Sul/Brasil, formada por diversas organizações da sociedade civil, o plebiscito teve como resultado: 98,33% dos votantes manifestaram-se contrariamente à assinatura do tratado para a Alca e 95,94% querem que o governo abandone as negociações sobre o tema. A instalação de uma base militar norte-americana em Alcântara foi repudiada por 98,59% dos votos.

## Um mundo sustentável é possível

Durante o seminário preparatório para a Rio+10, realizado no Rio de Janeiro, em junho, organizações não governamentais, redes de ONGs ambientalistas e movimentos sociais entregaram carta-aberta aos governantes do Brasil, Reino Unido, Suécia, Jordânia e África do Sul, que compareceram ao evento. O documento alertava para o fato de que a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), em Johannesburgo, África do Sul, realizada em agosto, corria o risco de não atender às expectativas, podendo resultar em retrocessos, se não houvesse mudança de atitude por parte dos países centrais.

O diagnóstico das ONGs brasileiras foi confirmado e a Rio + 10, que aconteceu entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro, não trouxe avanços significativos.



Foto: Alceron Costa / Rede Rua de Comunicação

Dez milhões de pessoas disseram “Não” à ALCA no plebiscito realizado em setembro. Nas ruas, as manifestações confirmaram o resultado das urnas

Em contrapartida, no Fórum Global da Sociedade Civil, realizado paralelamente ao evento oficial, movimentos sociais e ONGs de vários países questionaram o atual modelo globalizante de desenvolvimento, que condena populações à miséria e os recursos naturais à extinção.

A troca de experiências em pequenas localidades, realizadas por ONGs e movimentos sociais para o desenvolvimento sustentável, reafirmou a importância da atuação das organizações da sociedade civil para a construção de um mundo socialmente justo e ambientalmente sustentável.



### Prioridade absoluta

“Esquecer é permitir, lembrar é combater” foi o tema da mobilização realizada em todo o País em 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Durante os meses de abril e maio, o Fórum DCA realizou oficinas estaduais para debater o monitoramento e a implementação do plano nacional e dos planos estaduais de combate à violência, abuso e exploração sexual da criança e do adolescente. Outros temas abordados nesses encontros foram a rearticulação do Fórum Nacional com os estaduais e outras entidades que atuam na área; a implementação e o monitoramento das deliberações da IV Conferência Nacional do Conanda (Pacto pela Paz); e a discussão sobre os mecanismos de monitoramento do orçamento referente à criança e ao adolescente, em âmbitos estadual e municipal.

### Base de Alcântara

Organizações de direitos humanos mantiveram-se mobilizadas durante o ano para impedir a aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos, que estabelece normas para o lançamento de satélites norte-americanos no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. De acordo com os especialistas, o acordo fere a soberania nacional e não garante os direitos humanos das populações quilombolas do local.

### Contra a redução da idade penal

Em audiência com os conselheiros do Conanda, realizada em março, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado se comprometeram a não colocar em votação durante o ano projetos de lei que tivessem por objetivo a redução da idade penal. A medida foi tomada depois do dia 13 de março, quando os conselheiros haviam se mobilizado mais uma vez contra um Projeto de Emenda Constitucional - PEC com este conteúdo, que seria colocada em votação.

### Por um Brasil livre de transgênicos

Em fevereiro, a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos mobilizou amplos setores da sociedade civil contra a votação do Projeto de Lei (PL) do deputado Confúncio Moura (PMDB-RO). As principais críticas ao projeto referem-se à possibilidade de a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança poder dispensar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima), contrariando a Constituição Federal que impõe a obrigatoriedade do EIA/Rima para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, e a legislação ambiental, que reforça a necessidade desses relatórios para a liberação de organismos geneticamente modificados.

### Direito à Educação



A Campanha Nacional pelo Direito à Educação acionou o Ministério Público Federal para que seja ajuizada uma Ação Civil Pública contra o presidente Fernando Henrique Cardoso pelo descumprimento do art. 6º da Lei 9.424 que estabelece o valor mínimo anual do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

Desde a criação do Fundo, em 1998, o governo FHC repassou, por meio de decretos presidenciais, valores inferiores ao determinado pela lei. A dívida acumulada gira em torno de R\$ 10 bilhões.



# Algumas conquistas e várias violações aos Direitos Humanos em 2002

## Eldorado dos Carajás

A mobilização das organizações da sociedade civil não impediu que, em junho, o julgamento dos 124 policiais militares que participaram do Massacre de Eldorado dos Carajás fosse manipulado para garantir a absolvição dos criminosos.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra e Rede de Advogados e Advogadas Populares (Renap) decidiram não participar do julgamento em virtude das restrições impostas pela juíza responsável, Eva do Amaral Coelho, aos advogados dessas instituições. Houve indícios de manipulação no processo de escolha do júri, formado em sua maioria por funcionários públicos, e restrições ao acesso da imprensa, de ativistas do MST, familiares dos mortos, sobreviventes do massacre e observadores nacionais e internacionais.

Com a absolvição massiva dos soldados, a acusação entrou com recurso de apelação pedindo anulação do julgamento.

## Tribunal Penal Internacional Permanente

Em março, a ABONG apoiou a mobilização iniciada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos com o objetivo de sensibilizar o Congresso Nacional sobre a importância de o Brasil ratificar o Tratado de Roma, que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional Permanente. Criado em 1998, durante Conferência da ONU, em Roma, o tribunal deverá julgar pessoas que tenham praticado crimes de genocídio, de guerra, agressão e lesa-humanidade (contra os direitos humanos).

Assim como os tribunais *ad-hoc* instalados pelo Conselho de Segurança da ONU esporadicamente, o

Foto: Alderon Costa / Rede Rua de Comunicação



Superar a violência, em todas as suas formas; acabar com a impunidade; e universalizar direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais foram alguns dos desafios enfrentados pelas ONGs em 2002, e que permanecem para o próximo ano

Tribunal Permanente tem caráter de complementaridade, isto é, atua sobre casos que não tenham sido julgados em seus países. A inovação é que todos países estão sujeitos a ele.

## II Colóquio de Direitos Humanos

Em maio aconteceu o II Colóquio Internacional de Direitos Humanos, organizado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Columbia – Nova Iorque, com o apoio da ABONG. Com o tema “Um diálogo pela igualdade”, o evento teve como objetivo promover a formação e o aperfeiçoamento de jovens e novos profissionais e militantes engajados no trabalho de redução das violações dos direitos humanos e das desigualdades sociais.



### Plataforma Interamericana

Em abril, duas associadas à ABONG passaram a coordenar os trabalhos da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD). O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) assumiu a coordenação da Plataforma, e a FASE (RJ), a do colegiado brasileiro para o período de 2002-2005. Integrada por Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil, a Plataforma tem, entre outros, o desafio de fortalecer a vinculação entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento, além de incidir sobre as políticas públicas nacionais e em foros e espaços internacionais.



Fotos: Alderon Costa / Rede Rua de Comunicação

### Relatores Nacionais

Educação, Saúde, Trabalho, Moradia, Meio Ambiente e Alimentação. Desde outubro, o cumprimento destes direitos passou a ser monitorado, em âmbito nacional, por Relatores da sociedade civil. A iniciativa integra o Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, inspirado no modelo das Nações Unidas e promovido pela Plataforma DhESC Brasil, com o apoio do Programa de Voluntários da Nações Unidas (VNU) e da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

Foram eleitos Relatores Nacionais em Educação - Sérgio Haddad, presidente da ABONG; Alimentação - Flávio Valente, da Associação Brasileira de Nutrição; Meio Ambiente - Jean-Pierre Leroy, da FASE; Moradia - Nelson Saule, do Instituto Polis; Saúde - Eleonora Menecucci da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos; Trabalho - Lucila Beato do Geledés.



# Articulação com outros atores favorece e diversifica ação dos Regionais

## Regional Sul

(PR, SC e RS)



- **Reunião das associadas – São Leopoldo/ABR**

Representantes de 11 ONGs traçaram o planejamento das atividades para 2002, priorizando, de um lado, a contribuição das ONGs ao processo de construção do Projeto Regional de Desenvolvimento Sustentável (em conjunto com outras organizações e movimentos sociais) e, de outro lado, o aprofundamento da discussão sobre Desenvolvimento Institucional nos Estados.

- **Fórum Social Mundial 2002**

No início do ano, o Fórum Sul integrou a coordenação do Comitê Gaúcho do FSM, participando de suas reuniões e contribuindo nas atividades preparatórias. Durante o evento, o Fórum foi co-promotor de duas oficinas temáticas, no âmbito do projeto sobre Desenvolvimento Alternativo para a Região Sul:

*1) Oficina sobre Projeto Regional de Desenvolvimento Alternativo*

Coordenada por Camp e Deser, com o apoio do Fórum Sul, esta oficina debateu o processo de construção de um projeto regional de desenvolvimento alternativo. O evento, que teve a participação de mais de 150 pessoas, contou com a exposição de Sérgio Magnan (Camp) e Oscar Rover (Unochapecó) e os debatedores Dinizar Becker, professor da Universidade de Santa Cruz; Sérgio Fritzen, membro de um projeto de desenvolvimento local no Vale do Paranhana/RS; e Tarso Nuñez, do governo estadual do Rio Grande do Sul. A composição da mesa de trabalho permitiu que o tema fosse abordado sob diferentes perspectivas - Estado, Universidade e ONGs.

*2) Oficina sobre Igualdade de Oportunidades*

O Ceca-RS e o Camp, em conjunto com o Fórum Sul, realizaram a Oficina Igualdade de Oportunidades – Um Novo Mundo é Possível, que teve por objetivo aprofundar o debate sobre o tema. A atividade contou com a participação de 55 pessoas e foi assessorada por Domingos Armani.

- **Projeto Desenvolvimento Alternativo na Região Sul**

O Fórum Sul, em parceria com a Articulação Interestadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AIMTR-Sul), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), o Fundo de Mini-Projetos, o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos – Regional Sul, o Processo de Articulação e Diálogo (PAD-Sul) e a Rede de Tecnologias Alternativas – Região Sul, deu continuidade à implementação do projeto Desenvolvimento Alternativo na Região Sul. Entre as atividades realizadas, destacaram-se: entrevistas a 12 organizações (movimentos sociais, cooperativas de crédito solidário e ONGs) para o levantamento dos dados de campo; elaboração de um relatório preliminar para discussão coletiva; oficina temática sobre Saúde (Passo Fundo, abril); oficina temática sobre sócio-economia solidária (Erechim, maio); realização do II Seminário Regional sobre Desenvolvimento Sustentável (Passo Fundo, 24 e 25 de junho); elaboração do relatório final do projeto, entregue em outubro.

## Atividades dos Regionais

- **Seminários: Desenvolvimento Institucional e Papel das ONGs no Novo Cenário Político**

Foram realizados três seminários estaduais (um em cada estado da região) com o objetivo de, por um lado, aprofundar o debate sobre desenvolvimento institucional, abordando temas como contexto histórico e definição do conceito, sustentabilidade, governança, identidade e projeto das ONGs, sistema de PMA e, por outro lado, iniciar o debate sobre o papel das ONGs diante do novo contexto político, marcado pela eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Essa estrutura de seminário foi adotada para os três encontros, assessorados por Domingos Armani.

Em Santa Catarina o seminário foi realizado em Florianópolis, nos dias 5 e 6 de novembro, e contou com a participação de 39 pessoas, representando 19 ONGs do Estado. No Paraná, o evento aconteceu em Curitiba, no dia 21 de novembro, e teve a participação de aproximadamente dez pessoas, relacionadas às quatro ONGs associadas no Estado e ao Senac. No Rio Grande do Sul, o seminário foi realizado em Porto Alegre, em dezembro, com a participação de re-

presentantes das ONGs que compõem o Fórum naquele estado.

- **Plebiscito sobre a ALCA**

O Fórum Sul participou da coordenação das atividades realizadas no âmbito do Plebiscito sobre a Alca, na região de Joinville, juntamente com as igrejas e os movimentos populares. Dentre as atividades realizadas, destacaram-se a promoção de seminários e debates, todos realizados em Joinville:

- *Seminário sobre a Alca*, com a participação de 150 pessoas, realizado em 27 de abril;
- *Seminário sobre Os Impactos da Alca no Brasil*, com a presença de 400 participantes, realizado no dia 22 de junho;
- *28 debates em escolas estaduais*, associações de moradores e comunidades.

- **Participação no Conselho Estadual do RS-Rural**

O Fórum tem participado das reuniões mensais do Conselho Estadual do Programa RS-Rural, que implementa políticas para a área rural do estado do Rio Grande do Sul.

## Regional Amazônia

(AC, AM, AP, MA, PA, RO, RR e TO)

### – Ações específicas

- Reuniões de avaliação e encontro anual de planejamento com as entidades filiadas de Belém e *on line* com as entidades de Maranhão e Acre;
- Mobilização das associadas para o Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI, assim como das parceiras do Fórum DCA e Fórum da Amazônia Oriental - FAOR;
- Reunião com as ONGs e outras organizações da sociedade civil de Tocantins, em Palmas, com um total de 12 pessoas, representando oito entidades, tendo como resultado a filiação da COMSAÚDE. Outras duas ONGs já manifestaram interesse em associar-se;



- Reuniões mensais com as associadas de Belém e contato sistemático via fax, telefone e correio eletrônico com as associadas do Maranhão, Acre e Tocantins.

### – ABONG em outros espaços de gestão

- **Conselho Gestor da Cidade de Belém**

Órgão responsável pela discussão e decisão sobre as políticas de saneamento, educação, saúde, esporte e lazer



demandadas nas assembléias de bairro e distritais; pelo levantamento técnico da viabilidade das demandas e pela ampliação do debate sobre o orçamento municipal.

A ABONG representa as ONGs no Conselho junto com mais 40 representantes dos diversos segmentos sociais, como trabalhadores urbanos (CUT), profissionais liberais (Federação das Indústrias, Associação Comercial), povos indígenas, crianças e adolescentes, afrodescendentes, mulheres, homossexuais, entidades de direitos humanos, feirantes, delegados distritais, representantes temáticos, entre outros. Esta representação foi legitimada durante o Congresso da Cidade, em outubro de 2001, e vai até março de 2003. As reuniões são quinzenais e eventualmente ocorrem seminários temáticos.

- **Coordenação do I Fórum Social Pan Amazônico**

O Fórum aconteceu entre 25 e 27 de janeiro, em Belém do Pará e contou com 148 entidades, reunindo aproximadamente 1300 pessoas. O evento tinha, entre outros objetivos, possibilitar a ampliação da capacidade das ONGs e movimentos sociais de colaborar na formulação de estratégias de desenvolvimento para a Região.

Participaram representantes de 10 países - Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Peru, Venezuela, Suriname, Itália e França - e oito estados da Região Amazônica. As discussões foram organizadas em torno dos eixos temáticos: “Internacionalização da Amazônia e Resistência dos Povos”; “Ecossistemas Amazônicos e Alternativas de Desenvolvimento”; e “Amazônia Multiétnica e Multicultural”.

A ABONG coordenou a mesa sobre Multiculturalismo e Democracia racial e esteve na coordenação do Fórum junto com CUT, Coordenadoria de Relações Internacionais da Prefeitura de Belém, CBB, CNBB, FEMECAM, entre outras.

- **Secretariado Operativo do II Fórum Social Pan Amazônico**

Constituído por ABONG, CUT, GTA, Cáritas, Pastoris Sociais da CNBB, MST/Via Campesina, UNAMAZ e Coordenadoria de Relações Internacionais da Prefeitura de Belém, este grupo vem trabalhando desde junho para a realização do II Fórum Social Pan Amazônico, em 2003. Foram organizados oito Grupos de Trabalho, dos quais a ABONG integra dois: GT de Comunicação, res-



ponsável pela articulação com a imprensa, atualização do site etc.; e o GT da Programação dos Eixos Temáticos, que coordena seminários e oficinas.

Foram realizados quatro encontros de fronteiras, em Letícia, Santa Helena, Alto Solimões e Benjamim Constant, assim como foram criados Comitês de Mobilização em Roraima, Maranhão, Amapá, Acre e Pará. A expectativa para 2003 é que o Fórum receba 4 mil pessoas. As metas incluem a vinda de delegações de todos os países da Pan Amazônia, de todos os estados da Amazônia Legal brasileira e de todas as micro regiões do Estado do Pará.

A programação também tentou contemplar os diversos interesses manifestados nesses encontros e comitês de mobilização. A ABONG vem mobilizando suas filiadas para que participem como delegadas e também na realização de oficinas.

### – Participação em outros eventos

- **Seminário: ALCA e Meio Ambiente**, com representantes de todos os estados da Região Amazônica, promovido pela ABONG, PAD, Faor e Rede Brasil, de 29 a 30 de agosto, no auditório da CNBB
- **Congresso Municipal de Saneamento Básico**, organizado pela Secretaria Geral de Planejamento do Município de Belém e pelo Conselho da Cidade, A ABONG participou da Mesa de Abertura (13 a 15 de setembro)
- **Seminário: Democracia Participativa: pela Ética na Política**, no dia 18 de setembro, no auditório do



## Atividades dos Regionais

Centro de Educação e Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Pará, como debatedora

- **Fórum Social Mundial** – participou de seminários, oficinas e das atividades promovidas pelo Fórum Pan Amazônico e pela ABONG nacional e realizadas durante o evento.

### – Cursos e Seminários

- **Curso: Desenvolvimento de Recursos – MAR e NOV**  
Realizado em dois módulos, com o objetivo de potencializar a capacidade das ONGs na captação de recursos a partir de orientações técnico-políticas e organizativas.

- **Seminário: ONGs – Identidade e Desafios Atuais – ABR**  
O evento reuniu 43 entidades ligadas à ABONG, ao Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Fórum da Amazônia Oriental – Faor, e teve a participação de Silvio Caccia Bava, diretor nacional da ABONG. O objetivo foi contribuir para o debate sobre a identidade, o papel, e o trabalho sócio-político das ONGs e seu reconhecimento pela sociedade e pelo Estado.



- **Seminário: Democracia Participativa – AGO**  
Aprofundar a participação popular na gestão pública, por meio dos espaços constituídos pelos governos populares, pela legislação (ECA, LOAS, Estatuto da Cidade) foi o objetivo deste evento, que contou com as contribuições do Prefeito Municipal de Belém Edmilson Rodrigues, da Profa. Letícia Osório, coordenadora do Programa das Américas (COHRE), e João Gomes, do

Fórum Nacional de Participação Popular, sob a coordenação de Aldalice Otterloo, diretora Regional da ABONG.

- **Oficina: PMA – JUN e AGO**

As oficinas tiveram o objetivo de estimular a troca de experiências em Planejamento, Monitoramento e Avaliação – PMA, e de possibilitar, com base em análise crítica destas experiências, a construção coletiva de orientações político-metodológicas para o aprimoramento do PMA que desenvolvem.

A organização do evento foi feita com base em pesquisa inicial com as ONGs associadas do Pará sobre os temas.

- **Workshop da Região Norte – Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Belém (PA)/MAI**

A atividade contou com a participação de 26 entidades dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de representantes do Movimento Nacional de Meninos Meninas de Rua, do Fórum Nacional DCA e da Unicef regional. O objetivo foi promover a mobilização e a articulação do Fórum Nacional DCA com os Fóruns Estaduais para a implementação das deliberações da IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que teve como resultado o Pacto pela Paz. O Workshop ampliou a capacidade de formulação e controle de políticas públicas.

- **Pesquisa: Políticas Públicas no Maranhão e publicação da revista TIPITI**

O Núcleo Estadual de São Luiz do Maranhão realizou, entre março e junho de 2002, um levantamento de dados relativos ao investimento do Governo do Estado do Maranhão nas políticas públicas e sobre o impacto destas políticas na qualidade de vida das populações excluídas. A sistematização dos dados teve como produto a publicação da revista TIPITI, lançada em julho de 2002. O conteúdo da revista pode ser acessado na página eletrônica [www.tipitima.hpg.com.br](http://www.tipitima.hpg.com.br)



## Regional Nordeste 1

(PE, PB e AL)

- **Mudança de Diretoria**

A Diretoria Regional da ABONG NE 1 foi exercida por Sílvia Camurça (SOS Corpo) até junho. Em julho, assumiram Álvaro Pantoja e Mônica Oliveira (CENAP), estrutura da ABONG Regional está agora funcionando na sede do CENAP.

- **Fórum de Debate: ONGs, Controle Social e Efetivação de Direitos no contexto da Reforma do Estado**

O GT *Conselhos*, em parceria com a Frente de Entidades Não-Governamentais de Pernambuco, promoveu este evento, em 1º de outubro, com o objetivo de aprofundar reflexões e debater *Debilidades, Avanços e Perspectivas do Controle Social sobre as Políticas Públicas*, com foco nos *Conselhos de Gestão*. O tema foi abordado pelos(as) debatedores(as) no âmbito das políticas de Assistência Social, Saúde e Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente.

- **Fórum de Debate: FSM 2003 – Perspectivas e Desafios**

O GT FSM 2003 realizou, em 22 de outubro, encontro de reflexão e mobilização em torno do Fórum Social Mundial 2003. Participaram, além de associadas, diversas Redes e Fóruns de âmbitos local e nacional, como o Fórum de Reforma Urbana, Fórum de Mulheres de PE, Rede Nacional de Pessoas Soropostivas, Fórum de Juventude de Pernambuco, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, entre outros. Com base nas discussões, definiu-se que o GT da ABONG passará a funcionar de forma ampliada, envolvendo as representações dessas Redes. O objetivo principal do grupo é planejar e executar atividades para antes, durante e depois do FSM 2003, como forma de favorecer a participação de Pernambuco e Paraíba no evento, ainda que nem todas as organizações possam enviar delegados(as).



- **Seminário: ONGs, Acesso a Fundos Públicos e a Efetivação das Políticas Sociais**

Promovido pelo GT Desenvolvimento Institucional, juntamente com a Direção Regional, este evento teve como principais objetivos analisar criticamente os recursos públicos disponíveis para o trabalho social desenvolvido pelas ONGs; estimular a cultura de acesso a fundos públicos nacionais, decodificando as exigências legais e a burocracia existente; trocar experiências entre as organizações participantes sobre as dificuldades e avanços vivenciados. Os palestrantes foram Fernando Silva (Centro de Cultura Luiz Freire e Conanda), Laura Pedrosa (Conselho Municipal de Assistência Social) e Alexandre Ciconello, assessor Jurídico da ABONG, que deu informações gerais sobre o Manual de Fundos Públicos, publicação da Associação que foi lançada na ocasião.

- **Seminário: ONGs e o Acesso a Fundos Privados**

Com a participação como palestrante de Daniel Raviolo (Diretor da ABONG Regional NE 3 e Coordenador do Comunicação e Cultura/CE), este seminário teve como eixo principal a troca de informações sobre os conceitos de “Responsabilidade Social Empresarial” e “Investimento Social Privado”. As discussões centraram-se,

principalmente, no mito de que o acesso a fundos privados pode garantir a sustentabilidade das ONGs - os dados provam que isto não é verdadeiro - e a constatação de que o diálogo das ONGs com esse “novo empresariado” tem ficado restrita à busca de apoio financeiro.

- **Curso: Ação Social Estratégica das ONGs**

O Curso está sendo desenvolvido como um processo sistemático de formação, com foco no levantamento, debate e aprofundamento de temas e desafios postos à *identidade e atuação das ONGs*.

Nos três módulos realizados em 2002 (maio, agosto e novembro) foram mapeadas as *temáticas referentes à identidade* e aprofundados os temas *projeto político, filosofia e metodologia de ação*.

A experiência do Curso, orientada pelo consultor Domingos Armani e envolvendo cerca de 30 pessoas de 20 ONGs, está sendo registrada e sistematizada e deve gerar uma publicação em 2003.

- **Curso: Implantação de Área de Captação de Recursos em ONGs**

A partir da capacitação oferecida pelo Grupo de Estudos do Terceiro Setor – Gets, em parceria com a ABONG, a Diretoria Regional está promovendo uma série de quatro oficinas, que oferecem a adaptação do conteúdo original da capacitação à realidade do trabalho das associadas. A facilitação vem sendo feita por Dora Barros (Afinco). Os principais objetivos são: estimular a qualificação de profissionais das ONGs em captação de recursos, oferecendo informações e ferramentas que facilitem esse processo; contribuir para a implantação de áreas (ou setores) de captação de recursos dentro das organizações; e refletir sobre oportunidades e desafios identificados nas relações entre as ONGs e seus financiadores.

- **Oficina: Comunicação e Poder nas Relações Organizacionais**

Esta oficina teve como eixo o fortalecimento das relações interpessoais e dos processos de gestão em grupo. O principal objetivo foi contribuir para o desenvolvimento de uma visão holística da organização, possibilitando a administração de conflitos e gerando crescimento

pessoal e coletivo. Assessorada por Regina Andrade, arte-educadora, consultora organizacional, atriz e diretora de Teatro/MG, a oficina contou com a participação de várias associadas e também de outras organizações.



- **Retransmissão do Fórum Social Mundial 2002**

A atividade foi realizada em parceria com o Fórum Nacional de Participação Popular, TV Universitária de Pernambuco e Oxfam. Durante o Fórum foram exibidos programas ao vivo, com a presença de representantes de associadas ABONG, universidade e movimento sindical, que assistiam e debatiam as conferências de Porto Alegre. A transmissão incluiu a abertura, o encerramento, o seminário “Ética e Educação para uma Outra Globalização”, e as conferências sobre Sustentabilidade Ambiental, Democratização da Informação, e Democracia Participativa. A retransmissão foi feita em TV aberta, para todo o Estado de Pernambuco.

- **Boletim Eletrônico**

Em agosto, o Regional retomou a divulgação de seu Boletim Eletrônico, tendo produzido até novembro quatro edições. O Boletim traz informes, pequenas matérias sobre temas importantes da atuação das ONGs e a agenda das associadas.

- **Grupos de Trabalho – GTs**

A proposta de organização da atuação do Regional por meio de Grupos de Trabalho (GTs) surgiu como uma forma de envolver o maior número possível de associadas na condução da atuação da ABONG, descentralizando o trabalho da Diretoria Regional. A principal responsabilidade dos GTs é subsidiar politicamente as associadas na temática específica, possibilitando a construção ações estratégicas em cada área.

Os GTs criados foram: Desenvolvimento; Conselhos; Comunicação; FSM 2003; e Desenvolvimento Institucional



## Regional Nordeste 2

### (BA e SE)



- **Articulação e fortalecimento**

No primeiro semestre de 2002, as ações do Regional Nordeste 2 foram canalizadas para capacitação e articulação das associadas de Salvador e Sergipe. Foram estruturados uma secretaria-executiva e um colegiado composto por ONGs associadas.

Com o intuito de rearticular e ampliar as associadas, foram realizadas atividades em Sergipe, como uma reunião entre as entidades filiadas locais e o colegiado de ONGs do Regional, além do lançamento do 29º Cadernos ABONG “Crianças, Adolescentes e Violência”, seguido de debates, que contou com a presença de aproximadamente 200 pessoas.



- **Seminário: Identidade e Pluralidade das ONG's – Salvador)/AGO**



O evento, organizado com o apoio do Conselho Diretor da ABONG e do GT

de Comunicação, contou com a participação de 64 pessoas, representando cerca de 35 organizações entre associadas e convidadas, e teve por objetivo promover a ampliação do debate sobre Identidade, Pluralidade e papel das ONG's, além de consolidar o processo de discussão nacional sobre o tema iniciado em 2001.

As organizações que participaram do seminário decidiram dar continuidade ao debate no próximo ano, tendo a ABONG como referência sobre o tema.



- **Oficina sobre Avaliação e Planejamento / Seminário sobre Indicadores – GETS – São Paulo /AGO**

Dois representantes do Regional NE2 (Cecup e CRIA) participaram, em agosto, da oficina realizada em São Paulo para ampliar a capacidade das instituições nas áreas de avaliação e planejamento. Os participantes

atuarão como multiplicadores para as demais associadas do Regional.

- **Marcha Baiana Contra ALCA – Salvador (BA)/AGO**

Cerca de 2.000 pessoas participaram da Marcha Baiana, organizada pelo Comitê local contra a Alca. A ativi-



## Atividades dos Regionais

dade contribuiu para mobilizar e sensibilizar a população sobre a importância da participação no Plebiscito realizado em setembro. O Regional NE 2 atuou ativamente na divulgação junto às organizações associadas e parceiras.

- **Curso: Informação e Comunicação na Era das Redes: Uso Estratégico da Internet pelas ONG's – Salvador (BA)/OUT**

ABONG, Rede de Informação para o Terceiro Setor (RITS) e Universidade Federal da Bahia, uniram-se para capacitar 24 representantes de 19 organizações para a utilização estratégica dos recursos Internet no trabalho desenvolvido pelas ONG's, e também na rede formada pelo núcleo regional da ABONG.

Foram três dias de curso, estendidos por mais três meses de capacitação à distância (pela rede). Durante o curso, o grupo utilizou o laboratório de informática, com máquinas conectadas à Internet, cedido pela UFBA.

- **Oficina: Comunicação – OUT**

Aproximadamente 30 pessoas de 18 organizações entre associadas e parceiras da ABONG NE2 participaram da oficina organizada pelo GT de Comunicação para estimular a discussão sobre a gestão da comunicação nas ONGs. A oficina foi estruturada de forma a promover a troca de experiências, destacando avanços e principais desafios, além de iniciar uma discussão sobre a comunicação em rede, que deverá ser aprofundada na próxima etapa, prevista para o primeiro trimestre de 2003.

- **Curso: Captação de Recursos – Recife (PE)/NOV**

Dois representantes da ABONG NE2 participaram da segunda etapa do curso sobre captação de recursos, promovido pela ABONG NE1. O objetivo é que o conteúdo seja multiplicado para as demais instituições associadas, possibilitando qualificação na captação de recursos por parte das ONGs. O curso prevê a realização de outras duas etapas.

## Regional Nordeste 3

### (CE, PI e RN)

- **Inclusão Social**

O Regional NE3 participou da elaboração e lançamento do documento “*Ceará: Prioridade Total para a Inclusão Social*”, que formula a proposta de um novo modelo de desenvolvimento para o Estado do Ceará, com base em políticas inclusivas. O texto foi assinado pela ABONG Ceará, Fórum Permanente das ONGs de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum ONG/Aids, Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Fórum de Mulheres Cearenses, Fórum Cearense pela Vida no Semi-árido, Rede Cearense de Sócio-Economia Solidária, Comissão de Defesa do Direito a Educação, Fórum Estadual Lixo e Cidadania, Núcleo de Habitação e Meio-ambiente, Fórum Cearense do Meio-ambiente, Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil.

- **Assembléia do BID**

O Regional participou da coordenação da programação paralela à Assembléia do BID em Fortaleza, de 7 a 13 de março, com diversas atividades. A iniciativa foi realizada em articulação com a CUT, Comitê Ce-



rense de Juventude do Fórum Social Mundial, Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, Fórum Cearense de Mulheres, MST, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Rede Brasileira de Integração dos Povos contra o Livre Comércio, Pastorais Sociais e União Nacional dos Estudantes.



- **Jornal das ONGs**  
Publicação e distribuição para todas as ONGs, universidades, poderes públicos e formadores de opinião de quatro edições da publicação trimestral “Jornal da ONGs do Ceará”, com tiragem de 2.000 exemplares em cada edição.

- **Seminário: Eleições e Poder Local.** Rio Grande do Norte, 13 de setembro  
Participaram 300 pessoas de 14 entidades do Rio Grande do Norte e vários assentamentos de Reforma Agrária.
- **Seminário: As ONGs frente à conjuntura pós-eleitoral: Brasil e Ceará.** Fortaleza, 19 de novembro  
Participaram 60 pessoas representando 30 entidades e fóruns de ONGs cearenses.
- **Seminário: Legislação, Contabilidade e Orçamento para ONGs.** Fortaleza, 10 e 11 de junho  
Participaram 27 pessoas de 24 entidades do Ceará.

- **Capacitação: Uso Intensivo da Internet pelas ONGs.**  
Realizado em parceria com a RITS. Fortaleza, 21 a 23 de agosto  
Participaram 36 pessoas de 22 entidades dos três estados do regional.
- **Curso: Avaliação e Planejamento**  
O evento foi realizado no início de julho e novamente em agosto, com a participação de duas representantes do Regional nas “Oficinas sobre Avaliação e Planejamento”, promovidas pelo GETS-ABONG, em São Paulo. O conteúdo das oficinas será multiplicado entre as ONGs do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí. A primeira oficina ocorreu nos dias 13 e 14 de novembro em Natal.

- **Central de Comunicação e Serviços para Fóruns e Redes de ONGs**  
Estrutura organizada para atender fóruns e redes de ONGs do Ceará no apoio a tarefas de secretariado e comunicação, como a manutenção e atualização de malas diretas; impressão e distribuição de materiais e atas de reuniões; a confirmação de agendas etc. Em 2002 houve ampliação do trabalho e a Central passou a atender, além do Regional, o Fórum de Mulheres Cearenses, Fórum DED & Parceiros, Fórum de ONGs/Aids, Comissão Interinstitucional de Educação, Fórum Permanente das ONGs de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA).

## Regional Sudeste

(ES, MG e RJ)

- **Encontro Estadual pelo Direito à Cidade – Rio de Janeiro (RJ)/NOV**  
Mais de 120 pessoas participaram do Encontro Estadual pelo Direito à Cidade, realizado entre os dias 9 e 11 de julho, no Instituto dos Arquitetos do Brasil, no Rio de Janeiro. O objetivo do evento foi envolver diversos segmentos sociais na elaboração da Carta pelo Direito à Cidade. Organizado pela ABONG em parceria com o Fórum Nacional de



Reforma Urbana, o evento resultou na elaboração da Carta, que será amplamente divulgada na Conferência Nacional pelo Direito à Cidade e no Fórum Social Mundial - 2003.

- **Lançamento da Campanha Olho no Seu Voto – Rio de Janeiro (RJ)/SET**

No dia 2 de setembro, em parceria com o Fórum Nacional pela Reforma Urbana e o Fórum de Acompanhamento do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, foi lançada a Campanha Olho no Seu Voto, com panfletagens que atingiram diretamente aproximadamente 7 mil pessoas, e um debate que reuniu cerca de 80 participantes. A campanha teve por objetivo sensibilizar a população para a importância do voto consciente e da participação social.

A mobilização contou também com o Movimento pela Ética na Política, Movimento Nacional de Luta pela Moradia e União de Movimentos pela Moradia. A Plataforma pelo Direito à Cidade serviu de subsídio ao debate para orientar sobre critérios importantes para a prática parlamentar na formulação de políticas públicas cidadãs.



- **Seminário: Mobilização de Recursos: Instrumento para Mudanças Sociais**

Realizado entre os dias 2 e 4 de julho, este seminário teve por objetivo contribuir para que entidades filiadas e outras convidadas tivessem acesso a informações sobre instrumentos de mobilização de recursos financeiros e humanos, abordados em sub-temas como a parceria/ atuação em redes, comunicação institucional, acesso a fundos públicos e à cooperação internacional e mobilização de recursos financeiros privados.

O evento contou com a participação de 90 representantes de 40 associadas e cerca de 30 de outras instituições.

- **Conferência Regional da Mulher – São João de Meriti (RJ)/MAI**

Cerca de 330 mulheres e 20 homens de movimentos sociais de sete municípios da Baixada Fluminense participaram do evento, realizado no dia 4 de maio, com o objetivo mobilizar este público para a construção da Plataforma Feminista. Durante o encontro, foram produzidos subsídios para as Conferências Estadual e Federal da Mulher.

A Conferência Regional foi realizada em parceria com a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB e com entidades locais da Baixada, como a Casa da Cultura, a Ação Social Paulo VI e o Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti.

- **Conferência Estadual da Mulher**

Mais de 500 pessoas, em sua maioria mulheres, participaram da Conferência Estadual da Mulher, realizada em 10 de maio, com o objetivo de contribuir para a construção da Plataforma Nacional feminista, agregando debates produzidos no Estado com base nos encontros regionais.

- **Reestruturação do Fórum Estadual de Assistência Social e acompanhamento do processo eleitoral do Conselho Estadual de Assistência Social**

Estas iniciativas foram desenvolvidas ao longo do segundo semestre, em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região, com o objetivo de fortalecer instâncias de controle social e participação da política de assistência social no Estado.

A ABONG, juntamente com seus parceiros, teve papel fundamental na organização do Encontro Estadual de Assistência Social, realizado em 21 de outubro, e também na divulgação do processo eleitoral, encerrado em dezembro.

O Encontro Estadual de Assistência Social, realizado na cidade do Rio de Janeiro, debateu o perfil de participação e de política de assistência social para o Estado, e mobilizou cerca de 70 pessoas e 40 entidades.

- **Eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho Estadual de Meio Ambiente - Conema – Rio de Janeiro (RJ)/AGO**

Em parceria com a Assembléia permanente de Enti-

dades em Defesa do Meio Ambiente - Apedema, a ABONG monitorou e contribuiu para divulgação e organização do processo eleitoral do Conema, realizado durante o Encontro de Entidades Ambientalistas do Estado, com a participação de 75 entidades. A eleição para os representantes da sociedade civil aconteceu no dia 22 de agosto, e a ABONG vem participando das reuniões ordinárias do Conema.

- **Representação pública**

A ABONG tem sido chamada, constantemente, a participar de inúmeros debates, seminários, programas de televisão e lançamento de entidades, entre outras atividades. Nesses espaços, têm sido abordados temas como políticas sociais e papel das ONGs; sua trajetória e objetivos no Brasil; responsabilidade social das empresas; relação entre Estado e sociedade civil; e ética na política.

Além disso, após a renúncia do Governador Anthony Garotinho e a posse da Governadora Benedita da Silva, em abril, a Associação foi convidada a compor câmaras técnicas de diálogo do poder público com setores da sociedade civil, visando democratizar a gestão e definir prioridades para o governo, que durou nove meses.

Habitação, saneamento e obras foram os setores nos quais a Regional se envolveu com o objetivo de representar a Associação no debate com a sociedade, dando visibilidade às suas atividades e posicionamento para o fortalecimento da sociedade civil como ator na perspec-

tiva do desenvolvimento, da justiça social e da efetivação de direitos.

Estas intervenções trouxeram a possibilidade de fortalecer os espaços de democratização da gestão estadual, abrindo canais de diálogo com esferas do poder público estadual, visando a definição de prioridades nos investimentos da breve gestão.

- **Curso de Extensão: Sociedade Civil e Políticas Públicas no Brasil hoje: Múltiplas Versões – Rio de Janeiro (RJ) – OUT/NOV**

Realizado entre 2 de outubro e 27 de novembro, este curso teve por objetivo qualificar e instrumentalizar agentes de intervenção social para a reflexão e a prática em processos que envolvam movimentos ou organizações da sociedade civil na proposição, controle, gestão ou execução de políticas públicas

O evento foi organizado pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a colaboração da ABONG Sudeste e contou com a participação de 120 pessoas.

- **Monitoramento da eleição do CNAS – Brasília (DF)/ABR**

De acordo com estratégia definida pelo Conselho Diretor da ABONG Nacional, a Regional Sudeste acompanhou a eleição, em Brasília, dos representantes da sociedade civil no CNAS.

## Regional São Paulo

- **Seminário: ONGs e o Acesso a Fundos Públicos**

Com o objetivo de analisar criticamente os recursos públicos federais disponíveis para o trabalho social desenvolvido pelas ONGs, bem como estimular uma cultura de acesso a fundos públicos nacionais, decodificando as exigências legais e a burocracia existente, o evento, realizado em julho, contou com a presença de mais de 70 organizações.

As implicações políticas e sociais e o fato de as ONGs progressivamente se transformarem em prestadoras de

serviços públicos para o Estado foi o principal ponto de discussão. Debateu-se também os limites e as possibilidades da celebração de convênios e termos de parceria com o Estado e foi explicitada a metodologia de construção do Manual de Fundos Públicos da ABONG.





## Atividades dos Regionais

- **Curso: Lei Roaunet para ONGs**

Realizado em 24 de setembro em parceria com a Delegacia do Ministério da Cultura em São Paulo, o curso ofereceu uma visão ampla dos recursos dispo-

níveis por meio da renúncia fiscal a projetos aprovados pela Lei Roaunet, a fim de democratizar, orientar e difundir as Leis Federais de Incentivos Fiscais à Cultura.

## Regional Centro-Oeste

### (MT, MS, GO e DF)

- **Participação na assembléia de criação da Rede Pantanal de ONGs, movimentos sociais, religiosos e indígenas – Miranda (MS)/AGO**

O evento foi organizado em parceria com 25 ONGs que atuam na região, e teve por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável, proteção dos recursos naturais, sociais e culturais do Pantanal, por meio do desenvolvimento de práticas adequadas para a melhoria da qualidade de vida das populações pantaneiras; buscar alternativas socioambientais viáveis; desenvolver ações e campanhas contra projetos e mega-projetos com potencial de degradação social e ambiental; e fortalecer institucionalmente as organizações filiadas à Rede Pantanal.

O encontro resultou na criação da Rede Pantanal, e a ABONG-CO foi inscrita como instituição fundadora.

- **Seminário Brasil e Mato Grosso Democráticos e Sustentáveis – Reconstruindo Paradigmas – Cuiabá (MT)/OUT**



O evento foi realizado na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT em parceria com a Fase-MT e o Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – Formad e contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas, entre universitários e representantes de ONGs e sindicatos.

Após dois dias de palestras e debates nos quais foram debatidas a desigualdade na distribuição da riqueza e do consumo e a degradação ecológica, foi criado um grupo de trabalho para discutir um modelo alternativo para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso. O GT é composto pelo Regional, Formad- MT, Grupo de Estudos e Pesqui-



sas Amazônia, Cerrado e Pantanal/UFMT, Universidade de Várzea Grande – Univag, Centro Burnier de Fé e Justiça e Instituto de Ciência Humanas e Sociais/UFMT

- **Participação no II Encontro dos Povos do Cerrado – Goiânia (GO)/ SET**

O encontro, organizado pela Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais, teve como objetivo geral estimular e promover o intercâmbio e a troca de experiências entre os diversos povos que habitam e utilizam os recursos naturais do Cerrado de forma sustentável, para que possam dialogar, conhecer novas experiências, articular soluções e estabelecer compromissos mútuos.

Além da presença de várias ONGs associadas, a coordenação nacional do Programa de Desenvolvimento Institucional da ABONG, em conjunto com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável – Padis compôs uma das mesas de debate que procurou estimular a reflexão sobre fortalecimento institucional e trabalho em rede.

# Potencializar a capacidade das ONGs na realização de sua missão

O Programa de Desenvolvimento Institucional da ABONG teve início em 2001, com o objetivo de fortalecer a capacidade das ONGs de articular iniciativas, promover processos de mudança social, ampliar a sua base social de apoio, sua legitimidade e credibilidade diante da opinião pública; contribuir para a autonomia e a sustentabilidade das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos; aumentar a capacidade de comunicação social das ONGs e fortalecer a ABONG como ator coletivo.

A principal estratégia e inovação do Programa é que, com o apoio do escritório nacional, está sendo planejado e executado de forma descentralizada, por meio dos oito Fóruns Regionais da ABONG. Para tanto, estes núcleos desenvolveram mecanismos como a criação de Grupos de Trabalhos sobre Comunicação, Administração e Gestão, Desenvolvimento Institucional, Conselhos etc; criação de núcleos estaduais e divisão de tarefas e responsabilidades entre as ONGs de cada regional.

Em âmbito nacional, o PDI estabeleceu parcerias e articulações com o Processo de Articulação e Diálogo entre as Agências Ecumênicas Européias e Parceiros Brasileiros – PAD; International Forum on Capacity Building – IFCB; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável – Padis; Grupo de Estudos do Terceiro Setor – Gets/United Way-Canadá – Cida; Rede de Informações do Terceiro Setor – RITS; The Nature Conservancy – TNC e Instituto Pro-Bono.

Em âmbito regional, ocorreram algumas aproximações e articulações com universidades federais, como a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Universidade Federal da Bahia – UFBA e Universidade Federal do Piauí – UFPI.

As informações e conteúdos referentes às atividades desenvolvidas no âmbito do PDI estão sendo disponibilizadas na página eletrônica da ABONG ([www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)), como forma de ampliar o público beneficiado pelo programa.

## ONGs e Internet

Com apoio da Fundação Kellogg, a ABONG e a RITS elaboraram o programa Informação e Comunicação na Era das Redes: Uso Estratégico da Internet, voltado à capacitação para o uso estratégico da Internet pelas ONGs da região Nordeste. Entre os insumos utilizados para a elaboração deste programa destacam-se o resultado de pesquisas sobre o uso da Internet pelas ONGs, realizadas pela RITS, e a pesquisa realizada pela ABONG com suas associadas.

O programa destina-se a dirigentes de ONGs en-

volvidos em atividades de coordenação, comunicação e articulação de redes, oferecendo aos participantes a possibilidade de conhecer, aprofundar, utilizar e discutir aspectos importantes para a gestão estratégica das novas tecnologias de informação e comunicação nas ONGs.

O curso é composto de três dias presenciais e a realização de atividades a distância, por três meses. Em 2002, foram realizados cursos em Fortaleza (21 a 23 de agosto) e em Salvador (2 a 4 de outubro). Para 2003, o programa pretende realizar um encontro em Recife.

### Racismo no Brasil

Realizado em São Paulo, em março de 2002, o seminário Racismo no Brasil contou com a parceria de Ação Educativa e Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação - Anped. Aglutinando a experiência da pesquisa universitária com a ação das ONGs, o evento teve por objetivo refletir sobre o racismo no Brasil e contribuir para o debate a respeito da elaboração e implementação de políticas públicas voltadas aos afrodescendentes.

O encontro gerou uma publicação, com o mesmo título, e o Conselho Diretor deliberou que

a ABONG deverá, no próximo ano, estimular e capacitar as associadas para que introduzam, transversalmente, esta temática em seu trabalho.

### Captação de recursos, Planejamento e Avaliação

A participação da ABONG no Grupo de Estudos do Terceiro Setor - Gets, projeto apoiado pela Canadian International Development Agency – Cida, foi orientada no sentido de fortalecer e contribuir para a realização dos objetivos do Programa de Desenvolvimento Institucional - PDI. Assim, em 2002, teve continuidade o curso de captação de recursos, com módulos realizados em fevereiro e maio, e a realização de um curso sobre Planejamento e Avaliação, em dois módulos (julho e agosto). Realizados em São Paulo, os cursos contaram com a participação dos Fóruns Nordeste 1, 2 e 3 e Amazônia.

Foto: arquivo



A elaboração e implementação de políticas públicas voltadas aos afrodescendentes foram alguns dos temas abordados no Seminário e no livro “Racismo no Brasil”, produzidos em 2002



# Representação coletiva e produção de conhecimento

**E**m 2001, após debates entre advogados de ONGs associadas e o Conselho Diretor, foi criada a assessoria jurídica na ABONG para atuação preventiva na defesa das ONGs, sua institucionalidade e a defesa de direitos de forma ampla.

Com a crescente complexidade do ambiente legal e institucional em que estão inseridas as ONGs, considerou-se necessária uma atuação coletiva que tenha como perspectiva potencializar institucionalmente a capacidade das associadas de impulsionar processos de mudança social.

Para tanto, os principais objetivos estabelecidos para a assessoria jurídica são de atuar de for-

ma coletiva e representativa em temas político-legais e também disponibilizar apoio jurídico-político.

Em 2002, 15 ONGs associadas receberam apoio jurídico em temas específicos. A ABONG também concedeu orientação na área para aproximadamente 360 organizações sem fins lucrativos não associadas, estudantes, mestrandos, doutorandos, poder público e imprensa.

A experiência que vem sendo acumulada sobre o tema, tem permitido que a instituição seja constantemente chamada a participar como expositora de seminários e outros encontros.

## Marco Legal

A ABONG, desde de 1997, vem debatendo com o governo federal, Congresso Nacional, Conselho Nacional da Assistência Social e ao Comunidade Solidária alterações no Marco Legal das ONGs.

Em junho de 2002, participou da 14ª Rodada de Interlocução Política sobre a Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor, que resultou em algumas mudanças legais pontuais em razão da publicação da Portaria do Ministério da Fazenda nº 256 e do art. 37 da Medida Provisória nº66 de 29 de agosto de 2002.

Em agosto foi constituído um grupo de trabalho no interior do Conselho Diretor com a finalidade de elaborar um Projeto de Lei que possa servir como parâmetro na discussão sobre o Marco Legal e a institucionalidade das organizações do

campo ético-político da ABONG. Este projeto de lei será debatido com outros atores da sociedade civil em 2003, buscando envolver um universo amplo de organizações.

## ITCMD

Em âmbito estadual, a ABONG também esteve presente na negociação com o governo do Estado de São Paulo para aprovação da Lei que isentou as organizações sem fins lucrativos que atuam com cultura, meio ambiente e direitos humanos do pagamento do Imposto de transmissão causa mortis e sobre doações – ITCMD. Esse processo iniciou-se em 2001 e em 2002 continuaram as negociações com o governo paulista para a regulamentação dessa Lei.



## Ministério Público

A ABONG foi convidada a participar como debatedora do Seminário promovido pelo Ministério Público do Distrito Federal sobre “A relação Ministério Público e o Terceiro Setor na busca da transformação social”, realizado em Brasília no dia 9 de dezembro. O evento contou com a participação do Procurador Geral do DF, José Eduardo Sabo Paes e de promotores de Justiça de vários estados, responsáveis pela curadoria de fundações e entidades sociais.

O evento procurou sensibilizar os participantes sobre o papel das ONGs na esfera pública e sobre o papel do MP no acompanhamento das entidades de interesse social, visando a união de esforços para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

## Convênios e Parcerias

Em junho aconteceu em São Paulo o Seminário ONGs: Convênios e Parcerias com o Poder Público, organizado em parceria com o Instituto Pro Bono, Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP e a Fundação Konrad Adenauer. O evento teve por objetivo capacitar as ONGs em relação à celebração de convênios, contratos e termos de parceria com o Poder Público. Os conteúdos produzidos no seminário estão sendo editados para compor uma publicação sobre o tema que será lançada em 2003.

Foto: Nivaldo Silva



Seminário “Imunidade, Isenções Tributárias e Incentivos Fiscais para ONGs”, realizado em parceria com o Instituto Pró-Bono, que reuniu representantes de ONGs e fundações empresariais

## Imunidades, Isenções e Incentivos Fiscais para ONGs

Realizado dia 12 de novembro com a presença de mais de 80 organizações, este seminário procurou responder questões sobre critérios para a imunidade de entidades, tributação que incide sobre as organizações da sociedade civil, mecanismos para exigir direitos tributários e acesso a incentivos fiscais. O evento foi organizado em parceria com o Instituto Pro Bono e o Fórum Paulista de ONGs – Fopong e os conteúdos gerados serão, em breve, socializados entre as associadas.

# Agilidade, informação qualificada e prestação de serviço

## Perfil das Associadas

A pesquisa realizada pela ABONG com suas associadas, em 2001, deu origem à publicação “ONGs no Brasil 2002: perfil e catálogo das associadas à ABONG”, lançada em março de 2002.



A obra traz o resultado das 55 questões, respondidas por 196 associadas, sobre os principais aspectos do trabalho das ONGs, assim como fontes de recursos, relação com o voluntariado e dificuldades enfrentadas do ponto de vista jurídico e de capacitação institucional.

## Fundos Públicos

Pelo terceiro ano consecutivo, em parceria com o Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas e Entidades Parceiras no Brasil - PAD, a ABONG lançou o Manual de Fundos Públicos, com o objetivo de socializar e facilitar acesso a informações sobre fundos públicos e privados, nacionais e internacionais. Nessa edição foram acrescentados, em cada um dos programas gerenciados pelo governo federal, as informações relativas à execução orçamentária de 2001 e os valores aprovados para o orçamento de 2002. A seção jurídica também foi ampliada e revista, com novas informações sobre a celebração de convênios com a administração pública.



## ONGs e Universidades

A construção da identidade das organizações não-governamentais no Brasil, os desafios que lhes são colocados na transição do milênio, as possibilidades abertas pela tendência à articulação de redes globais de ação social solidária, e uma análise sobre as pesquisas acadêmicas que tomam as ONGs como objeto de estudo são alguns dos temas abordados nesta obra, concebida com base no seminário “Estudos e Pesquisas sobre as Organizações Não-Governamentais na América Latina: situação e perspectivas”, realizado em dezembro de 2001 pela ABONG, em conjunto com a Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción – Alop e a Pontificia Universidade Católica – PUC-SP.

Durante o seminário, em parceria com a TV PUC, foi produzido o vídeo “ONGs e Universidades – conhecimento e transformação”, que aborda os desafios da relação entre estas instituições por meio de depoimentos de dirigentes de redes de ONGs, pesquisadores e intelectuais da América Latina.



### Página eletrônica

Criada em 1999, em 2002 a página da ABONG ganhou novos *lay-out* e sistemas de busca que facilitaram a navegação e permitiram ampliação do conteúdo disponibilizado. Nos três anos de existência, vêm crescendo consideravelmente o número de visitas à página. No primeiro ano de funcionamento, eram aproximadamente 5 mil acessos mensais; atualmente a página registra cerca de 21 mil visitas por mês. São aproximadamente 700 consultas diárias.

### Informes ABONG

Cerca de 4 mil endereços eletrônicos, entre instituições de pesquisa, parlamentares, ONGs não associadas, agências de cooperação, órgãos públicos, universidades e pessoas físicas, recebem semanalmente o Informe ABONG.

Em seu quarto ano de existência, o boletim eletrônico manteve a linha editorial, destinada à divulgação do trabalho das associadas e circulação de informações que, direta ou indiretamente, afetam sua intervenção na esfera pública.

Durante o ano, as 48 edições de Informes ABONG também foram enviadas a aproximadamente 2.000 jornalistas e veículos de comunicação em todo o País.

### De Olho em Brasília

A agenda de trabalho do Executivo e Legislativo federal, além de informações sobre as ações desenvolvidas pelos Conselhos Nacionais Paritários de Gestão, são distribuídas semanalmente por meio do boletim De olho em Brasília. Elaborado pela empresa AYK Consultores, especializada em informações parlamentares, o veículo tem por objetivo oferecer informação para a qualificação da intervenção das ONGs nas esferas públicas de decisão.

Em seu terceiro ano de existência, circularam 41 edições para o mesmo público de Informes ABONG.

### Imprensa

Em 2002, as eleições dominaram a agenda da imprensa nacional. Em relação à ABONG, este fato repercutiu com várias solicitações sobre a possível incorporação das propostas das ONGs, em diversas áreas, nos programas dos candidatos à Presidência da República.

Além dessa temática, persistiram as demandas por informação/indicação de ONGs em função de sua área de atuação. Mensalmente, a assessoria de comunicação da ABONG atende aproximadamente 40 solicitações de órgãos de imprensa.

Foto: arquivo



Mais de 2.500 pessoas circularam pela Feira e Congresso Internacional de Cidades – Urbis, realizada em São Paulo com a participação de empresas comerciais, gestores municipais e organizações da sociedade civil

### Desenvolvimento local

Em junho, a ABONG participou com um estande da Feira e Congresso Internacional de Cidades – inclusão social, gestão pública e inovação – URBIS 2002, realizada em São Paulo. O evento reuniu representantes de todos os estados brasileiros, com delegações de 200 cidades, além de representantes de 26 países. No geral, foram 2.631 participantes e 22 conferências que abordaram temas sobre políticas e práticas inovadoras de gestão pública de cidades.

O evento foi organizado pela Prefeitura de São Paulo (SP), com o apoio de instituições nacionais e internacionais.

# Estratégias de atuação nas eleições nacionais e desenvolvimento institucional

**A**o longo de 2002, o Conselho Diretor da ABONG reuniu-se por quatro vezes. Em São Paulo, nos meses de março e junho. Salvador, em agosto, e Rio de Janeiro, em novembro. Além de deliberar sobre as estratégias de atuação do nacional, o grupo definiu temas para o programa de desenvolvimento institucional, realizado pelos Regionais. O acesso a fundos públicos e a identidade das ONGs foram priorizados.

Durante estes encontros foram realizados seminários e debates dos quais participaram, além das associadas, outras organizações da sociedade civil.

Juntamente com a primeira reunião do ano, aconteceu o seminário “Racismo no Brasil”, que teve por objetivo contribuir para o debate sobre as políticas públicas voltadas aos afrodescendentes, tomando por base a pesquisa universitária e a experiência das ONGs.

Em junho, a reunião foi integralmente voltada para a definição de metas e estratégias do Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Em Salvador, a identidade e o papel das ONGs foi tema de seminário que sistematizou os debates realizados, de maneira descentralizada, com as associadas de Bahia e Sergipe.

Em novembro, durante reunião no Rio de Janeiro, associadas e integrantes do Grupo de Trabalho de Indicadores da Plataforma Novib participaram de seminário sobre análise de conjuntura.

A atuação da ABONG nas eleições nacionais também foi definida pelo Conselho. De um lado, a Associação tornou pública sua expectativa sobre a relação entre governo e organizações da sociedade civil. De outro lado, procurou reafirmar a autonomia das ONGs diante do Estado.

Foto: arquivo



Com base nos critérios estabelecidos no Estatuto da Associação, o Conselho Diretor analisou e aprovou a filiação de nove novas associadas, que assumiram o compromisso de manter sua atuação fiel à Carta de Princípios da ABONG. São elas:

- Agende - DF
- Centro Dom José Brandão de Castro - SE
- Centro Nordestino de Medicina Popular – CNMP - PE
- Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação – COMSAUDE - TO
- Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual – GTPOS – SP
- Instituto de Pesquisa, Ação e Mobilização – IPAM – DF
- Movimento Tortura Nunca Mais – PE
- Projeto IBEJI – BA
- Rede de Informação do Terceiro Setor – RITS - RJ



**AMAZÔNIA: ACRE, AMAPÁ, AMAZONAS, MARANHÃO, PARÁ, RONDÔNIA,  
RORAIMA E TOCANTINS**

AGÁ & VIDA • APACC • CACBA • CAC (PA) • CDHEP • CEDENPA • CEPEPO •  
CIPES • COMSAUDE • CVC • FASE BELÉM • GACC (MA) • GRUPO DE  
MULHERES DA ILHA • IDA • INSTITUTO DO HOMEM • MMCC • MOPROM •  
REDE ACREANA • REPÚBLICA DE EMAÚS • SMDDH • SPDDH • TIJUPÁ •  
UNIPOP

**CENTRO-OESTE: DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MATO GROSSO E  
MATO GROSSO DO SUL**

AÇÃO CRISTÃ PRÓ GENTE • AGENDE • ÁGORA • CDHDMB • CDHHT •  
CFEMEA • FASE • CÁCERES • GSP • GTC • AESS • GTME • IBRACE • ICV •  
IFAS • INESC • IPAM • IPESP • ISPN • MNMMR (DF) • MNMMR (GO) • OPAN

**NORDESTE I: ALAGOAS, PARAÍBA E PERNAMBUCO**

AFABE • AFINCO • AMAZONA • AMENCAR (PE) • AS-PTA (PB) • C.A.I.S DO  
PARTO • CAATINGA • CASA DE PASSAGEM • CEAS URBANO • CECOR •  
CENAP • CENDHEC • CENTRAC • CENTRO JOSUÉ DE CASTRO • CENTRO  
LUÍS FREIRE • CENTRU • CHAPADA • CIELA • CMC • CMN • CMV • CNMP •  
EQUIP • ETAPAS • GAJOP • GESTOS • GRUPO CURUMIM •  
GRUPO ORIGEM • HABITEC • IBASP • MOVIMENTO TORTURA NUNCA  
MAIS • MIRIM BRASIL • PATAC • SABIA • SCJP • SEDUP • SOS CORPO

**NORDESTE II: BAHIA E SERGIPE**

AATR-BA • AXÉ • CEADE • CEAS (BA) • CECUP • CENTRO DOM JOSÉ  
BRANDÃO DE CASTRO • CESE • CESEP • CJPSA • CRIA • FASE-ITABUNA •  
FÉ E ALEGRIA (BA) • FUNDAÇÃO ONDA AZUL • FUNDIFRAN • GAMBA •  
GAPA (BA) • GARRA • GRUPO GERMEN • GRUPO OLODUM • IBEJI • IJASF •  
LICEU DE ARTES E OFÍCIOS (BA) • MOC • SACI • SASOP • VIDA BRASIL!

**NORDESTE III: CEARÁ, PIAUÍ E RIO GRANDE DO NORTE**

AACC (RN) • ACIC • CDVHS • CEAHS • CEARAH PERIFERIA • CEBRAIOS/  
CASA RENASCER • CEDECA (CE) • CEPAC • CERMO • CETRA • CM8 •  
COMUNICAÇÃO E CULTURA • EDISCA • ESPLAR • FÉ E ALEGRIA (RN) •  
GACC • GAPA (CE) • IJC • IMOPEC • INSTITUTO SERTÃO • INSTITUTO  
TERRAMAR • SAR • VIDA BRASIL

**SÃO PAULO**

AAMM • AÇÃO DA CIDADANIA • AÇÃO EDUCATIVA • ANSUR • CAAP •  
CDDBR • CDHEP-CL • CEBRAP • CEBRIJ • CEDAP • CEDEC • CEERT •  
CENPEC • CENTRO GASPAR GARCIA • CENTRO OSCAR ROMERO • CEPIS •  
CES • CFSS • CISMOP • COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO • COMULHER • CPV • CTV •  
ECOAR • ECOM • ECOS • ESPAÇO • FALA PRETA • FÉ E ALEGRIA-  
NACIONAL • FÉ E ALEGRIA (SP) • GAPA (SP) • GELEDÉS • GIV •  
GREENPEACE • GTPOS • IBEAC • IDEC • INSTITUTO AVISA LÁ • IPF •  
ISA • MNMMR (SP) • PÓLIS • PROTER • RECONSTRUÇÃO • REDE MULHER •  
SAÚDE SEM LIMITES • SMM • SOF • SOS MATA ATLÂNTICA • SOS SAÚDE  
MENTAL • UCBC

**SUDESTE: ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO**

ABIA • ABRAPIA • ABTH • ADUCON • AFRO REGGAE • AMENCAR (MG) •  
ASPLANDE • AS-PTA (RJ) • CAC • CACES • CAMPO • CAMTRA • CAPINA •  
FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO • CDDH PETRÓPOLIS •  
CDI • CEAP • CECIP • CECOPES • CEDAC • CEDAPS • CEMINA • CEPEL •  
CEPIA • CERIS • CNBL • CNDDA • CPCD • CRESAM • CRIAR BRASIL •  
CRIOLA • CVI • DEFENSORES DA TERRA • FASE-NACIONAL •  
FASE-VITÓRIA • FÉ E ALEGRIA (ES) • FÉ E ALEGRIA (MG) • FÉ E ALEGRIA  
(RJ) • GESTÃO COMUNITÁRIA • GRUPO PELA VIDDA • IBASE • IDACO •  
INSTITUTO VIVENDO • IRSANED • ISER • ISER/ASSESSORIA • MÉDICOS  
SEM FRONTEIRAS • NOVA • NOVA AMÉRICA • PACS • PROFEC • PROJETO  
RODA VIVA • REDEH • RIO VOLUNTÁRIO • RITS • SAPÉ - SBO • SE ESSA  
RUA FOSSE MINHA • SER • SER MULHER • SFB • TERRA DOS HOMENS •  
UNIRR • VISÃO MUNDIAL

**SUL: RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E PARANÁ**

AÇÃO VOLUNTÁRIA • ADITEPP • AMENCAR • ASPA • AS-PTA (PR) •  
CAMP • CDHAVI • CDHMGB • CEAP-RS • CEBI • CECA (RS) • CEFURIA •  
CENTRO VIANEI • CEPO • CETAP • CIDADE • DESER • FÉ E ALEGRIA (PR) •  
FÉ E ALEGRIA (SC) • FIDENE • GAPA (RS) • MNMMR (RS) • PRECAVIDA •  
PROAME • RURECO